



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



**COLÉGIO MILITAR DE BRASÍLIA, BRASÍLIA, DF,**

**11 DE DEZEMBRO DE 2001**

*Senhor Governador do Distrito Federal, Doutor Joaquim Roriz; Senhores Ministros de Estado, notadamente o General Alberto Mendes Cardoso, que é o Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional e da Secretaria Nacional Antidrogas; Senador Arthur da Távola, que é nosso Líder no Senado; Doutora Anadyr de Mendonça Rodrigues, nossa Ministra Corregedora-Geral da União; Ministro Pimenta da Veiga; Senhores representantes dos Ministros; Senhoras e Senhores,*

Tenho muito pouco a acrescentar, se é que algo, ao que disse o General Cardoso, a não ser expressar a minha satisfação por ver o caminho percorrido, nesses anos, na tomada de consciência dos brasileiros a respeito da questão da droga e na organização de um Sistema Nacional Antidrogas.

O General Cardoso mencionou aqui que nas Nações Unidas, na sessão especial sobre as drogas, assumi um compromisso, naquela ocasião, em nome não só do Governo, mas de todo o País. Eu disse que não iríamos cruzar os braços diante de um inimigo insidioso que ameaçava o equilíbrio das famílias, a vida dos jovens, enfim, a tessitura mesma da própria sociedade.

De lá para cá, é preciso reconhecer que o Brasil, de fato, não cruzou os braços.

Recordo-me – e o Ministro Pimenta da Veiga há de se recordar também – de que, quando foi eleito o Presidente Tancredo Neves, nós dois éramos líderes do PMDB então. Eu, líder do Governo no Congresso, e o Ministro Pimenta era líder na Câmara. Assistimos ao discurso que o Presidente José Sarney, que era Vice-Presidente, em nome do Presidente Tancredo Neves, fez na primeira reunião do Ministério, já na ausência do Tancredo. O Ministro das Relações Exteriores era o Doutor Olavo Setúbal. Quando foi fazer sua apreciação – cada um dos ministros, naturalmente, fez algumas observações –, o Ministro Setúbal chamou atenção para o problema do narcotráfico e das drogas.

Naquela altura – 1985 –, isso pareceu estranho: “Por que razão o Ministro do Exterior do Brasil vai falar da questão do narcotráfico e da droga?” Era o nosso despreparo, na época, para entendermos as consequências da questão da droga e a implicação não apenas nacional, mas internacional do problema do narcotráfico e da droga, hoje avivado, de novo, com a questão do terrorismo, com a questão da droga no Afeganistão, com a questão da droga na Colômbia. Enfim, a memória, hoje, está avivada porque a imprensa noticia, dia e noite.

Faz muito pouco tempo – 16 anos. Quando o Ministro do Exterior mencionou, em uma reunião de Gabinete, essa questão, causou um certo mal-estar: “Será que ele está mal informado?” Não. Mal informados éramos nós, ainda não sensibilizados pelo problema da droga.

De lá para cá, evidentemente, as mudanças foram consideráveis. Sem dúvida, continuamos a achar, como todos nós aqui presentes, que é uma das questões mais preocupantes para o futuro do Brasil. Mas podemos dizer, com orgulho, que a Política Nacional Antidrogas que estamos apresentando oficialmente à Nação já é o resultado de uma mudança de atitude.

Essa mudança de atitude – que começou a se consubstanciar, como disse o General Cardoso, no I Fórum Nacional Antidrogas, ao qual tive a satisfação de poder assistir também – é uma política muito abrangente. Ela trata da prevenção, do tratamento, da reinserção social, da redu-

ção da oferta de drogas, da cooperação internacional e da repressão ao uso de drogas.

Devo lhes dizer que basta que se tenham ouvido as palavras do General Cardoso para perceber o papel central – central – que ele teve nesse processo todo, de motivação, de sensibilização do Governo, de cooperação com o Ministério da Justiça e com a Polícia Federal, de compreensão da necessidade do estabelecimento de regras que permitam, dentro do próprio Governo, que as várias esferas administrativas atuem independentemente, mas de forma coordenada, havendo uma filosofia, e, sobretudo, por ter sido ele próprio um exemplo vivo das qualidades que mencionou aqui sobre o que é o sentimento dos brasileiros: de tolerância, de compreensão, de valorização da moral, de crença na força dos seres humanos e da sua capacidade de entender o transcendental para que possam, realmente, refazer as bases da sociedade.

O fato mesmo de termos aqui, hoje, tantos especialistas neste Fórum de qualidade e também de quantidade é um reflexo desse novo momento que o Brasil está vivendo.

Esse novo momento – o General também já mencionou de forma precisa – é um momento que implica transformar as políticas estatais em políticas públicas. Não se trata simplesmente de uma decisão do Governo, mesmo que abençoada pelo Congresso. Trata-se de transformar essas decisões em alguma coisa que é apoiada e ajudada a ser executada pela própria sociedade. Nesse sentido é público, e o público vai além do estatal. Ele cria um espaço de interação entre o governo, o Congresso, os vários níveis da administração, os prefeitos, os governadores e a própria sociedade, amplamente mencionada. As organizações não-governamentais, as escolas, as Igrejas, os sindicatos, os esportistas, que têm ajudado tanto na difusão desses valores, a arte em geral. Enfim, a transformação da verdadeira arena de reconstrução do País, de uma arena restrita ao Estado para uma arena na sociedade.

Essa mudança a que estamos assistindo concretizar-se no Brasil é difícil, muitas vezes, de ser percebida em todos os seus alcances. Muitas vezes, se cobra do Governo o que ele não tem condição de realizar. E, outras vezes, se pede à sociedade que faça aquilo que o Governo não

deu os meios para que ela possa fazer. De alguma maneira é preciso que haja, crescentemente, essa compreensão, essa interação e a função de responsabilidade por todos. É muito fácil dizer: a responsabilidade é do delegado ou é do professor, ou, mais freqüentemente, é do Presidente. É também, mas é de todos. Se não tivermos um sentimento de que os grandes problemas nacionais exigem a necessidade dessa participação de todos, dificilmente se refaz o País.

Isso é um exemplo, nesta reunião de hoje, desse estado de espírito em que, progressivamente, a sociedade vai, realmente, se apropriando daquilo que antes era puramente estatal, e passa a discutir essas questões com uma outra ótica, com um outro espírito.

Agora, evidentemente, com isso não quero eximir a responsabilidade de que é própria de cada setor, a responsabilidade que é própria do Governo. Existe e deve ser cobrada, evidentemente, do Governo.

O General mostrou que o combate às drogas é amplo e requer tempo. Hoje, pelas dificuldades dos conflitos internacionais, se está pondo mais ênfase na questão da repressão. É compreensível que seja, em nível internacional. Repressão contra aqueles que usam o narcotráfico, repressão à vinculação entre o narcotráfico e o terrorismo e mesmo repressão no que diz respeito à relação entre o narcotráfico e movimentos políticos, que passaram a ser, na verdade, de tal maneira integrados ao processo de produção de drogas que não há mais a escusa moral de dizer: "Faço isso porque tenho uma idéia generosa." Idéias generosas não podem aceitar a utilização da droga como um instrumento de sua implementação. O próprio ato de haver essa vinculação restringe o ímpeto de generosidade ocasionalmente existente em algum movimento.

Então, vimos muito, enfim, a difusão das preocupações repressivas. E mesmo no Brasil – e é compreensível que assim seja –, que haja um certo desejo de, no que diz respeito ao narcotráfico, não ao usuário, que haja uma cobrança crescente na questão de uma ação mais enérgica. Mas essa ação enérgica não resolve a questão se ela não for, efetivamente, complementada por esse movimento societário, educativo e, sobretudo – como disse o General, tão bem –, pela crença em valores.

Existe, na teoria sociológica, uma distinção bastante banal hoje entre o que se chamava comunidade e sociedade. Havia um autor alemão chamado Toennies, que desenvolveu estes dois conceitos: *gemenschaft* e *gesellschaft*, em alemão – *gemenschaft* é comunidade, e *gesellschaft* é sociedade. O que seria próprio das sociedades complexas, como a nossa, seriam as relações societárias e não comunitárias, relações nas quais, portanto, a intermediação entre os agentes sociais não necessariamente se dá no mesmo espaço físico nem no contato direto, que passam sempre por algum elemento de racionalidade, de argumentação, em contraposição à comunidade, na qual o contato é direto e no qual os aspectos emocionais primam sobre os aspectos propriamente de relações de interesses ou relações racionais.

Isso não pode ser visto como uma oposição excludente. No mundo de hoje, que é um mundo, diz-se amiúde, que se globaliza, há, ao mesmo tempo, o renascimento da comunidade. Esse renascimento da comunidade, de alguma forma, foi precipitado pelo desenvolvimento tecnológico, pelo fato de que a distância desapareceu. Em tempo real, se sabe o que está acontecendo no mundo todo. A informação é imediata. E a sensação de presença, apesar da distância geográfica, é também permanente.

Então, estamos vivendo em um mundo em que os valores comunitários e a própria motivação valorativa e emocional, ao contrário do que se podia imaginar quando se descrevia esse mundo da industrialização, esse mundo como se fosse o chamado “horroroso mundo novo”, não é um horroroso mundo novo. É um mundo que dá perspectivas para o renascimento de um sentimento mais autêntico de proximidade.

Isso é muito aplicável à questão das drogas. Se entendermos o processo puramente como um processo de relação meios e fins, como um processo meramente instrumental – a Polícia vai lá e prende; a Justiça condena; a pessoa é afastada do convívio e está tudo resolvido –, não entendemos nada. Ou se entende que é preciso refazer as relações sentimentais, que é preciso refazer as relações valorativas e que estas se fazem – como disse o General – no município, na família, na vizinhança, na escola, no contato direto e até indireto, pelos meios de comunicação de

massa, que dão essa sensação de proximidade tão grande entre quem vê – embora o meio da televisão seja dito frio – e quem está sendo visto – pelo menos quem vê tem a sensação de que é íntimo de quem está sendo visto, tal a exposição e tal a proximidade que isso traz –, isso refaz oportunidades de uma volta a valores fundamentais.

Foi a isso que o General se referiu aqui, que essa luta contra a droga tem que ser uma luta que signifique, ao mesmo tempo, uma volta aos valores, uma valorização de certos princípios, que são princípios da boa convivência, que são princípios inspirados nessa proximidade que só a comunidade dá.

Não por acaso, os políticos modernos, cada vez mais, deixam de ser tribunos e passam a ser quase proféticos, porque têm sempre que ter alguma capacidade de pregar. Não se trata, simplesmente, de explicar, mas de pregar, de convencer, de buscar a proximidade. Eu até diria que o General Cardoso é um pregador. Ele acredita no que está falando. Ele transmite, com força, o que está falando. Isso é essencial para aqueles que desejam mudar o mundo, uma maneira de transformá-lo numa força de convivência mais amena, mais construtiva, que respeite aquilo de que a nossa jovem falou tão bem: a vida. Passa a ser fundamental essa revivescência. A vida volta a ser o centro das coisas.

É significativo que tenhamos tido uma batalha muito grande, recentemente, a respeito de outras das questões graves do mundo contemporâneo, a Aids, e que nós brasileiros tenhamos feito prevalecer o princípio de que a vida sobreleva o mercado. O lucro não pode se antepor à vida. Nem mesmo os direitos de propriedade intelectual – que são legítimos – têm condições de se manter quando o outro valor mais forte, que é o da vida, não está presente. E aí se quebra a patente.

Essa volta à noção da vida é algo muito importante. É muito importante, e nós estamos assistindo a essa possibilidade no mundo de hoje. Nós estamos assistindo a uma possibilidade nova no século XXI, que é a possibilidade de, outra vez, pensarmos em termos de humanidade do ser humano. E quando se pensa em termos de humanidade, os direitos do homem, da pessoa humana, homem ou mulher, prevalecem sobre tudo o mais. Daí o Brasil ter apoiado uma coisa que, até bem pouco

tempo, era inaceitável: um Tribunal Penal Internacional. Quer dizer, para certos crimes contra a humanidade, a lei não é a nacional, é a internacional. Por quê? Porque por trás disso há essa idéia de que, com essas transformações ocorridas, com essa proximidade possível de todos com todos, com o grau de informação que se generaliza, existe uma cidadania planetária. Esta não deve ser pensada como se fosse para substituir a cidadania própria de cada nação, senão que para complementá-la na direção de transformar cada nação numa nação mais digna de ser vivida, numa nação capaz de ter expressão maior de amor, de tolerância e de tudo aquilo que aqui se mencionou.

Esse é o desafio do século XXI. Esse esforço, essa Política Nacional Antidrogas que estamos anunciando aqui faz parte de um conjunto muito amplo de políticas que estamos implementado no Brasil nessa mesma direção. Daí a minha insistência, nos últimos tempos, para mostrar ao Brasil o que está sendo feito. Criamos uma rede de proteção social com a bolsa-escola, a bolsa-alimentação, a bolsa-renda para o pessoal do Nordeste, prestação de alguma ajuda aos mais idosos. Enfim, um conjunto importante porque isso, também, faz parte dessa reconstrução de uma sociedade que não pode ser pensada apenas como uma sociedade de mercado. Tem que ser pensada no sentido próprio de uma sociedade, ou seja, um conjunto de pessoas que vivem juntas e interagem, que têm valores, e esses valores têm de ser preservados.

É o mesmo movimento. E isso só se faz à medida que o conjunto da sociedade, através desse mecanismo de, digamos, difusão, quase que infinito, de pequenas práticas, de preocupação de todos, com muita capilaridade, vai se sobrepondo. Isso implica que o Estado tem de mudar a sua forma de ser. E não é possível que se imagine que de Brasília se coordene o Brasil isoladamente. Não é assim. Tem que haver uma descentralização crescente, com tantos problemas da descentralização, que são imensos; uma crença de que, no local, as pessoas vão ser capazes de se organizar; uma crença de que, com o tempo – mesmo que os controles sociais, no começo, sejam mais vagos em nível local e no nível federal, a imprensa é mais vigilante no nível federal, os tribunais são mais vigilantes, porque existe, talvez, uma burocracia mais treinada – seria

mais fácil controlar os resultados. A longo prazo isso não vai funcionar. O que vai funcionar é realmente a descentralização, é realmente um voto de crença na sociedade.

Essa nossa política antidrogas é um voto de crença na sociedade. Não estamos baseando a política simplesmente na ação do Governo, nem na ação do Governo central, nem na repressão. Estamos nos baseando em uma mudança de cultura, em uma mudança de preocupação, em uma sensibilização mais ampla.

Isso não quer dizer – o General deixou claro – que não estejamos também muito preocupados e atuantes nos outros níveis, que são importantes também, que dão sustentação à droga. A droga não é só a conseqüência da anomia, da falta de expectativa, de esperança na vida. Não é só o desespero individual. Ela é também o fruto de uma ação coordenada de malfeiteiros. Para isso, também estamos avançando e criando os instrumentos de combate ao crime organizado.

Não tínhamos no Brasil nem sequer a tipificação do crime de “colarinho branco”. Não existia uma penalização porque não existia a tipificação. Foi preciso criar isso quase que do zero. Da mesma maneira, não tínhamos o controle da lavagem de dinheiro, que é algo importantíssimo. Hoje, temos o Conselho de Controle das Atividades Financeiras. A Doutora Adriane Senna, que está aqui presente, comanda brilhantemente o Coaf, que é um instrumento fundamental para que possamos combater o crime, o narcotráfico em outro plano, que é no plano daqueles que são seus financiadores e que se beneficiam do crime do narcotráfico – e não é só o narcotráfico, é corrupção em geral, mas também o narcotráfico participa disso.

O mesmo instrumental que facilita a difusão da informação, que facilita a mudança da mentalidade no sentido de uma volta a um novo estilo de comunidade, esse mesmo instrumental também pode ser usado pelo crime, que é a Internet, que é a transferência de recursos de um local para o outro, que é a velocidade dos fluxos financeiros. A vida é sempre assim, é sempre ambivalente, contraditória: serve para o bem e serve para o mal. Então, temos, ao mesmo tempo, que criar – e criamos – esses instrumentos.

Existe efetivamente, hoje, em marcha no Brasil uma mentalidade nova. Existe em marcha no Brasil, no que diz respeito à droga, um esforço muito grande. A Senad tem tido um papel importante na prevenção. A inter-relação entre a Senad e a Polícia Federal é de absoluta normalidade. Existem formas de coordenação. Há essa mobilização, que começa e é fundamental, da sociedade, para que a sociedade possa participar ativamente desse processo. Existem discussões importantes sobre o que fazer com aquele que é vítima da droga. O General mostrou alguns passos a serem dados nessa direção, inclusive na condenação por crimes praticados sob o uso da droga – um assunto delicado. Existem propostas de descriminalização do uso de certas drogas – matéria que tem que ser vista, como bem disse o General, na perspectiva da construção de uma sociedade de futuro melhor. Existem propostas que dizem respeito também à não-penalização do usuário.

Enfim, existe uma série de mecanismos e de leis que estão em marcha. Mas o que é fundamental? A sociedade, hoje, tem consciência de que essa é uma questão desafiadora e que temos de nos preparar para ela.

Eu diria mesmo, para finalizar – porque realmente vim aqui apenas para aplaudi-los e para assistir, testemunhar mais um momento importante de reorganização das nossas políticas públicas e a sua transformação, efetivamente, em políticas públicas –, eu diria, apenas para terminar, que temos de entender que não é do dia para a noite que as coisas se resolvem, não é com bravata que as coisas se resolvem, não é por um ato isolado que as coisas se resolvem. É um processo. E tudo que é um processo é difícil de ser percebido às vezes. Leva tempo.

Nesse processo, notadamente no caso do uso da droga, que vem muito associado à questão da educação, o tempo conta. E as modificações havidas na questão educacional no Brasil também foram muito significativas e vão em paralelo com essa questão da política antidrogas. Existe um esforço grande na rede de ensino brasileira, digamos, de revalorização da relação humana, posta à margem de todas as formas de preconceito – preconceito contra a mulher, contra o negro, contra o indígena. Fomos corrigindo os nossos livros didáticos, porque havia, e

muito, essa formação quase inconsciente de uma atitude que não era a da democracia, a do respeito, a da tolerância.

Estamos, nessa luta, talvez travando a maior batalha, que é a batalha pela inclusão social. A melhor forma de fazer com que a exclusão desapareça é dar escola. Hoje, já temos 97% das crianças nas escolas. Ou seja, esses têm convívio, esses têm um ponto de apoio na sociedade organizada, além de ter uma merenda escolar, a professora, eventualmente, as mães e os pais que vão à escola. É assim que se combate a exclusão social na prática. E, por aí, nesse cadiinho de refazimento das personalidades é que vai junto também esta luta contra a droga.

Mas, para finalizar, eu queria fazer referência a algo que ontem, ainda no Rio de Janeiro, citei. Existe um economista, nascido na Índia, professor em Harvard, que se chama Amartya Sen, Prêmio Nobel de Economia. Ele tem, talvez, no meu modo de entender, a noção mais inovadora do que seja desenvolvimento. Ele diz o seguinte: o desenvolvimento existe quando há opções, quando há liberdade em todos os aspectos da vida. Acho bonita essa definição porque escapa da questão de que, simplesmente, “existe desenvolvimento quando a renda cresce”. Mas cresce para quem? Para uns, pode crescer, para outros, não. Mesmo que cresça muito, muitas vezes essa sociedade não foi capaz de desenvolver esses valores do pluralismo, do respeito ao outro, da democracia. Então, ele diz: “Existe desenvolvimento quando há liberdade.” E só há liberdade quando as pessoas têm uma alternativa.

Quando as pessoas são presas por um vício, elas não têm mais liberdade. Não há desenvolvimento possível. Estão amarradas, não têm opção. Quando as pessoas estão presas pela miséria também não há desenvolvimento, não têm opção, não existe a escolha. Não havendo a escolha, não há desenvolvimento.

Esse é o desafio de criarmos, neste novo século, de fazermos uma ponte entre o século que terminou e o novo século – uma ponte, aqui no Brasil –, para que possamos ter uma sociedade na qual a liberdade seja o valor fundamental, como disse aqui o General, que é uma das nossas características a de gostar da liberdade. Liberdade entendida nesse sentido de a pessoa, o ser humano, ser capaz da escolha, ter a

opção. Tendo a opção, tendo a escolha, havendo a informação, é de se crer que o ser humano, pois, busque um caminho de aperfeiçoamento.

É, portanto, no caminho da liberdade que estamos também construindo essa Política Nacional Antidrogas. Tenho certeza de que, com o tempo, essa vocação de liberdade, que é nossa, vai se transformar, efetivamente, em uma compreensão de uma nova sociedade, de um tipo de desenvolvimento novo, que leva tempo, mas que é para ele que estamos voltados. E voltados com afinco, porque cuidando dessas questões que, antigamente, como eu disse, há 15 anos, nós próprios púnhamos à margem. Hoje, sentimos que é parte essencial da nova sociedade a existência de uma sociedade que sabe separar o que é ruim do que é bom, sabe que a droga é contra a vida e, portanto, é uma sociedade que ama a vida e, por amar a vida, ama a liberdade.

Muito obrigado.